



INFÂNCIA, TEMPO LIVRE E LUDICIDADE

Maria José Araújo

INET-md-CIPEM

Inês Barbosa

Universidade do Porto

Conversar é como ler um bom livro, dizia Marcel Proust (2020), para explicar que o que difere entre um livro e um amigo, não é a sua sabedoria, mas a forma como comunicamos, mantendo a vontade de inspiração. Enquanto exercício democrático, a palavra (a oralidade), é fundamental na infância: as crianças gostam de falar e de ser ouvidas, gostam de histórias em que podem mostrar os seus pontos de vista, gostam de decidir, perguntar, brincar e participar das múltiplas formas que a palavra lúdica propõe. No entanto, e mesmo sabendo disto, nas instituições educativas, de que se salienta a escola, a palavra ‘falada’ tem sido “abafada” pela prática de reprodução da palavra escrita. É o caso, por exemplo, dos trabalhos escolares em casa, mais conhecidos por TPC mas, também, de muitas das atividades, consideradas socioeducativas, que são propostas às crianças. Este tipo de práticas, em que parece desconhecer-se que a atividade vale pela relação que temos com ela e não pela atividade em si, invade o tempo livre das crianças tornando-o predominantemente educativo e excessivo (Araújo, 2011; Araújo e Monteiro, 2018; Barbosa, 2019).

O quadro em que se inserem estas atividades, valoriza o consumo e o entretenimento, desconsiderando a necessidade de usufruto de um tempo de uso da palavra: *falar brincando e explorar o mundo falando*. Durante a infância as crianças interagem com grupos socialmente diferenciados e a linguagem que lhes é proporcionada, tanto oral como escrita, contribui para as ‘classificar’ na hierarquia académica e depois social (Lahire, 2019). Neste cenário, nunca é demais lembrar o que vem disposto na Convenção dos Direitos das Crianças: a criança tem direito a brincar, tem direito ao jogo e à ludicidade que o jogo propõe, tem direito à atividade que permite a experiência de se descobrir livre e capaz, tem direito a expressar-se.

Sinónimo de atividade curricular, extracurricular ou de enriquecimento curricular, o Tempo Livre,

parece ter de livre somente o nome. Contribuem para explicar o que se passa hoje com o jogo e com a atividade lúdica no tempo livre as novas condições de vida ligadas à evolução sociológica e rápida da(s) família(s), que já não têm tempo, nem gosto pelo jogo lúdico; as condições de vida nos diferentes territórios que afetam, marcam e condicionam o uso do espaço; as condições laborais dos pais e encarregados de educação; a sociedade de consumo que transforma o jogo e os brinquedos em produtos de marketing lucrativos; as classes sociais de pertença, que condicionam as condições de socialização (Périno, 2006; Lahire, 2019).

O conhecimento sociológico é, em boa medida, produto de formas epistemologicamente controladas de diálogo com os protagonistas do mundo social. A divulgação desse conhecimento é também a socialização de boas conversas enquanto formas de comunicação, com diferentes públicos, que propiciam novos modos de nos encontrarmos com o mundo. Neste número dos *Cadernos de Sociologia*, propomos alargar a nossa força argumentativa sobre a necessidade de se considerar as práticas de tempo livre num quadro lúdico que respeite a infância e as suas circunstâncias. Pretende-se contribuir para a reflexão sobre a necessidade de inverter as condições de usufruto do tempo, valorizando a ‘conversa’, nos espaços de acolhimento para crianças: escolas, jardins de infância, centros de atividades de tempos livres (ATL), ludotecas, entre tantos outros. Esta é uma publicação que, esperamos, possa ajudar a desconstruir os conceitos e ideias feitas sobre *infância, o tempo livre e a ludicidade*, mobilizando a atenção das diferentes pessoas que têm à sua responsabilidade crianças e jovens, nos inúmeros projetos, que constantemente surgem como contribuições de ‘ocupação de tempos livres’.

Os textos reunidos neste número, ‘pedem’ a atenção dos leitores para os diferentes argumentos sobre os espaços de convivência das crianças, lembrando que a atividade lúdica interpela as ciências sociais, quer do ponto de vista teórico, quer dos desafios metodológicos que provoca. Numa perspectiva de interrogação e traquinice, *Hugo*

Monteiro ‘*chama-nos*’ a refletir sobre a obsessão pela rentabilidade da atividade humana, deleitando-se a imaginar um movimento inverso para as brincadeiras na infância. Inquieta-se e propõe! Em todo o texto ‘rolam metáforas’, como berlindes na ponta dos dedos de uma criança, e o brincar surge *num exercício transgressor e institucionalmente subversivo, uma atividade vivencial que escapa aos circuitos do utilitário e do produtivo, nunca cedendo ao critério adulto de futuro*. Trata-se de uma narrativa poética, plena de significados, que não deixará os leitores ‘sossegados na cadeira’!

Maria José Araújo viaja pela literatura, enquanto arte da palavra e da escrita, para trazer ao debate ‘territórios da infância’ que se foram desenhando ao longo do tempo. As palavras das crianças, movimentadas pela energia do *sonho* – como lugar de brincadeira – lembram o significado de trabalhar e brincar com os pássaros, os navios e as vacas. Nada é impossível na literatura! As crianças abrem-nos as janelas dos seus mundos singulares e de celebração da diversidade, mostrando como o mundo pode ser inventado. Trata-se de uma proposta que convida a uma nova leitura do mundo da infância que ajude a recuperar a frivolidade e a gratuidade características das atividades de lazer no tempo livre, desde logo aprendendo com a *literatura*, enquanto produto social, enquanto incentivo à imaginação sociológica na leitura do mundo. Um apelo para uma nova narrativa que ajude a *desinventar a infância!*

Maria Lis, num tom inquieto e inconformado, debruça-se sobre *o tempo, o espaço e o quem, na tentativa de mapear uma possibilidade de ampliação das oportunidades das crianças para brincar, sem rédeas ou estrangimentos desnecessários*. De forma direta e assertiva, opta por comunicar com os leitores através de uma linguagem constitutiva da experiência, inseparável da linguagem em que é apresentado o seu argumento a favor do brincar livre. A narrativa ‘salta, pula e avança’, lembrando a falta de espaços nas cidades (nos territórios), as redes de vizinhança e os mecanismos de construção de uma autonomia possível. Brincar como imperioso, uma ideia que não poderia ser expressa de outra forma.

A atividade lúdica no Tempo Livre aparece, não raras vezes, como atividade extracurricular. A circunstância longe de ser consensual exige a nossa atenção, desde logo pela tensão que cria. **Pedro Duarte e Carina Coelho** problematizam a forma como o discurso e as práticas educativas formais, regulam a vida das crianças monopolizando os seus tempos e espaços. *As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), que, direta ou indiretamente, têm assumido uma preocupação educativa, parecem ser uma mimetização de um certo modelo escolar*. Assim, os autores procuram, acima de tudo, partilhar uma reflexão que discuta infância, tempo livre e ludicidade, a partir de fundamentos eminentemente educativos, convocando o currículo para uma ampla discussão que permita um contributo conceptual sobre Tempo escolar, escolarizante ou extraescolar.

A institucionalização da infância e da ludicidade são duas faces da mesma moeda. **Paulo Bulhões** dá-nos a conhecer um Projeto de Intervenção com crianças nos Centros de Atividades de Tempos Livres, Ribeira Grande, nos Açores, convidando os leitores a pensar nos exemplos de respeito pelo brincar sem que se tornem manuais ou modelos institucionais. *O usufruto do tempo livre depende do lugar e das interações criadas, o que influencia as brincadeiras e o auto-entretenimento das próprias crianças*. Neste espaço, as crianças enfrentam bruxas e vilões, cantam, dançam e brincam aos polícias e ladrões.

Frederico Lopes; Ana Rita Fonseca e Rita Frade convocam as práticas de *Playwork* para nos falar sobre os obstáculos do jogo e das brincadeiras. Muito embora o jogo encontre a sua existência para além da atividade educativa, o quadro lúdico ocupa um lugar central nas trocas entre profissionais de uma instituição (estrutura), nas observações do jogo e nas análises das práticas das suas contribuições. A continuidade da promoção de oportunidades para brincar, tradutora de uma escuta ativa, que de facto considere, respeite, legitime e melhore as condições necessárias “no aqui e no agora”, para as crianças brincarem o mais livre possível parece essencial para o seu bem-estar.

Tal como no jogo: *1, 2, 3 macaquinho chinês*, quem não joga perde a vez!

Boas leituras!

Referências Bibliográficas

Araújo, M. J., & Monteiro, H. (2018). Crianças de todo o mundo, uni-vos!. *Ambiente & Educação: Revista De Educação Ambiental*, 23(3), 170-188;

Barbosa, I. (2019) Direito das crianças à cidade: entre a agenda e a agência, *Barómetro Social*, <http://www.barometro.com.pt/2019/12/23/direito-das-criancas-a-cidade-entre-a-agenda-e-a-agencia/>

Lahire, B. (dir) (2019). *Enfants de Classe*. Paris. Ed Seuil

Perino, O. (2006). *Des espaces pour Jouer*. Paris. Érès

Proust, M (2020). *Sobre a leitura*. Lisboa. Antígona

Maria José Araújo Doutorada em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. Investigadora integrada do INET-md/Cipem. Dedicase há vários anos à formação de professores e educadores. O seu trabalho de investigação centra-se nas temáticas da sociologia da educação e da arte, do lazer e tempo livre, especialmente no que respeita à infância e ao brincar, educação musical e artística. Colabora com associações socio recreativas e culturais do continente português e das ilhas dos Açores, nomeadamente S Miguel, Corvo, Flores em projetos culturais na área da coesão social e territorial co-financiados pela DGArtes. Cooperava em redes nacionais e europeias de investigação e intervenção. É autora de 12 livros e 18 capítulos de livro assim como de diversos artigos em revistas nacionais e internacionais de referência.

Contacto: mjose@ese.ipp.pt

mjosearaujo@gmail.com

ORCID: 0000-0002-2242-1258

Inês Barbosa Doutorada em Sociologia da Educação (Universidade do Minho). Mestre em Associativismo e Animação Sociocultural (UM). Tem ainda uma pós-graduação em Performance (Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto). Investigadora integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e docente de animação Cultural no Mestrado em Sociologia (Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Formadora nas áreas de educação não-formal, educação para a cidadania, igualdade de género, animação de grupos e expressão dramática.

Contacto: inesbarbosa@letras.up.pt

ORCID: 0000-0002-7809-8410

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 15 de dezembro de 2023.



carolina f.